

21/02/2020 - ANO V - Nº 147 - ascom@jfse.jus.br

Relatório PLS

A JFSE divulgou nesta semana, em seu site, o seu relatório de desempenho anual do Plano de Logística Sustentável (PLS). O documento apresenta, em cumprimento à Resolução CNJ 201/2015, os resultados obtidos a partir de ações definidas no PLS e sua relação com as metas e indicadores constantes no plano. Das 17 metas propostas, 13 foram cumpridas. Entre os destaques está a redução do gasto com telefonia, que registrou redução de 63%, de 2018 para 2019; e energia elétrica, com redução de 21% no mesmo período. Também foram positivas as avaliações nos quesitos consumo de copos descartáveis de 200ml: em 2018, foram utilizados 216.900 unidades contra 186.400 no ano passado, o que representa uma diminuição no consumo de 13,79%.



Leilão

Nos dias 11 e 18 de fevereiro, a JFSE realizou leilão judicial unificado, abrangendo lotes oriundos da 2ª, 3ª, 4ª, 8ª e 9ª Varas Federais, no Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral. Entre os bens ofertados havia fazendas, sítios, prédios comerciais e residenciais, apartamentos, terrenos etc. No primeiro leilão, no dia 11 de fevereiro, o lance foi por preço igual ou superior ao valor da avaliação, como regra geral; enquanto que no dia 18 de fevereiro, foi por qualquer preço, desde que não fosse considerado preço vil, seguindo os critérios definidos por cada unidade jurisdicional, na forma prevista no edital de leilão nº 03/2020.



Vistoria CJF

Na manhã desta quarta-feira, 19, uma equipe de trabalho composta por três representantes do Conselho da Justiça Federal (CJF) visitou o edifício-sede da Justiça Federal em Sergipe (JFSE). A visita da equipe à JFSE tem como objetivo a realização de trabalhos de vistoria nas obras da instituição. Durante a reunião de abertura, foi realizada a apresentação do grupo e dos objetivos da vistoria. Na próxima quinta-feira, 20, os servidores do CJF visitaram o município de Propriá, a fim de tratar de assuntos relacionados à aquisição de um imóvel para abrigar a sede da 9ª Vara.



FIQUE ATENTO: Para realizar ligações telefônicas com DDD, é preciso utilizar o código 21, que é o da operadora atualmente contratada pela JFSE.

Auditoria Interna

O CJF aprovou o Estatuto da Atividade de Auditoria Interna do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau. O estatuto foi aprovado através da Resolução CJF n. 620/2020. A decisão considera o art. 3º da Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008, que trata das atividades que necessitam de coordenação central e padronização no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, dentre as quais, está o controle interno, o que abrange a auditoria interna como terceira linha de defesa.

Gestão da memória

As regras para a gestão da memória do Poder Judiciário e dos documentos que tramitam nos tribunais deverão ganhar caráter obrigatório e vinculante, com a edição de resolução do CNJ. Atualmente, existe uma recomendação do Conselho aos tribunais que, por exemplo, dispõe sobre a classificação e a avaliação dos documentos do Judiciário para descarte ou guarda permanente, observados os prazos mínimos de guarda, bem como a padronização das espécies, tipos, classes e assuntos.



**FELIZ
ANIVERSÁRIO**

